

CONCORRÊNCIA NA EDUCAÇÃO: CONTRADIÇÕES INTRIGANTES

Leocimar Rodrigues Barbosa¹
Rubson Marques Rodrigues²
Modalidade do trabalho: Pôster
GT: Sociologia

Resumo: Este artigo visa questionar a captura da educação pela lógica do capital e suas consequências na atualidade. Analisa a educação como práxis social que favorece o desenvolvimento de cidadãos livres e criativos, assim como o seu contrário, como prática voltada para manter, regular e ampliar os domínios da ordem da sociedade. Questiona o aligeiramento da educação oferecida por organizações educacionais que adotam a lógica capitalista, bem como chama a atenção para as dificuldades das instituições educacionais privadas, confessionais e comunitárias, comprometidas com educação de qualidade, sobreviverem ao lado de organizações que lhes fazem concorrência, valendo-se de esquemas que prejudicam a oferta da boa educação.

Palavras-Chave: Educação. Qualidade. Concorrência.

No contexto da Primeira Revolução Industrial, que já mostrava avanços na concretização do ideal dos criadores da ciência moderna do eterno progresso, Marx e Engels (1997), ao analisarem a concorrência industrial da classe burguesa e as conflituosas relações sociais da produção capitalista, afirmaram em 1848 que as relações

[...] burguesas de produção e de intercâmbio, as relações de propriedade burguesas, a sociedade burguesa moderna que desencadeou meios tão poderosos de produção e de intercâmbio, assemelha-se ao feiticeiro que já não consegue dominar as forças subterrâneas que invocara (MARX; ENGELS 1997, p. 14).

Vive-se em tempos diversos daqueles de Marx e Engels. Naquela época, eles enfrentaram os limites impostos pela temporalidade histórica ao analisarem o capital, os seus feitos e as suas crises, para então prognosticarem os seus rumos.

Não obstante o decurso do tempo que os separa desta contemporaneidade, acredita-se na atualidade das suas reflexões para interrogar à concorrência instalada no campo educacional no Brasil e suas consequências para a sociedade, particularmente no estado de Goiás.

¹ Professor da Faculdade Evangélica de Goianésia-FACEG.

² Professor da Faculdade Evangélica de Goianésia-FACEG.

Não resta dúvida de que o acirramento competitivo, orientado para a busca do lucro a qualquer custo, presta um desserviço à sociedade, na medida em que conduz a prática educativa a se processar de modo aligeirado. As perdas são irreversíveis.

A abordagem do assunto educação sugere uma incursão no tema trabalho, o que será feito a título sumário, dado o propósito deste ensaio.

A teoria marxista entende que o ser da essência do homem não se encontra na natureza. Ao contrário do homem, o animal tem a sua existência garantida pela natureza, bastando, para tal, que a ela se adapte. O ser humano, diferente dos animais, precisa agir sobre a natureza e transformá-la para satisfazer as suas necessidades. Abandonado a si mesmo e ou na tentativa de adaptar-se à natureza, o homem não sobrevive. E o que é, então, agir sobre a natureza e transformá-la para adaptar-se ao homem, senão o trabalho? Consequentemente, o trabalho se constitui em uma necessidade básica do ser humano e é por meio do trabalho que ele reproduz a sua existência. A essência humana, o ser do homem e a sua existência, portanto, são dados pelo trabalho.

Por seu turno, educação é uma práxis tipicamente humana e que, ao longo da história, tem sido um instrumento utilizado para proporcionar o pleno desenvolvimento das capacidades dos seres humanos. Esse fato é esclarecedor do uso que dela fazem os poderes instituídos, em todas as formas de organização social, para manter, regular e ampliar os domínios da ordem da sociedade.

Sabe-se, todavia, que o conhecimento não é neutro, desinteressado. Se o conhecimento é parcial, não pode ser aprisionado apenas na categoria gnosiológica, como fim em si mesmo. Ao invés, é preferencialmente ideológico, na medida em que se presta a satisfazer as necessidades de quem detém poder, como diretriz basilar da relação dominante x dominado.

O juízo ideológico do conhecimento estabelece nexos entre educação e estrutura da sociedade, em que aquela é utilizada segundo os interesses da ordem hegemônica. Se a burguesia constitui-se como classe dominante no mundo capitalista, é evidente que a educação desenvolverá as capacidades humanas de modo a promover a reprodução da lógica capitalista, e não de outra.

O ser humano não precisa agir sobre a natureza, tomando-a como matéria prima, para transformá-la em bens necessários a sua existência e reprodução da sua vida? E esse agir sobre a natureza não coincide com a essência do homem, que é o trabalho? Nesta época, percebe-se logo, de acordo com a ideologia burguesa, a importância da educação como prática

social relacionada ao ato de aprender trabalhar, de transformar a natureza segundo os interesses do capital.

Educação, por conseguinte, é fator de modernização tanto do Estado, quanto do modo de produção capitalista, porquanto é vetor de socialização de trabalhadores, sob o ponto de vista burguês. É a socialização bem sucedida que cria trabalhadores capazes de desenvolverem habilidades e, com a competência adquirida no processo de aprendizagem, eles atingem o máximo da socialização humana.

Nesses termos, pode-se entender que os saberes universais e científico-tecnológicos são fruto da educação que garante o passaporte para o mundo contemporâneo. Afinal, esses argumentos, sob a ótica burguesa, são fortes o suficiente para subverter o sentido de atualização humana dado por Adorno (1995, p. 144) ao afirmar que educação é como um “[...] equipar-se para orientar-se no mundo”.

A rigor, esse raciocínio deve redirecionar o processo educacional à condição *sine qua non* de emancipação do ser humano, em uma perspectiva que considere a situação psicológica, social e cultural dos alunos, pois que, do ponto de vista ensino/aprendizagem, sabe-se que os resultados mais ricos e interessantes costumam ser imprevisíveis. Isto posto, urge que a organização educacional leve a sério a sua missão de lócus privilegiado de ensino de qualidade e que os professores assumam, de fato, a cumplicidade política, pedagógica e cultural de promover o conhecimento.

Chegado a esse ponto, a educação também cumpre o papel de favorecer o desenvolvimento de cidadãos livres, reflexivos e criativos. Munidos de tais saberes, os homens têm melhores condições de empreender, dignamente, a sua transformação e a da sociedade.

Uma educação de qualidade, de pronto, impõe uma questão às organizações educacionais que optaram pelas estratégias neoliberais de concorrência e competição: a captura da educação pelas regras mercadológicas, que são infalíveis na criação de desejos - diplomação/titularização/certificação -, e a respectiva maximização das facilidades para realizá-los, está fazendo o papel do feiticeiro, em uma analogia às previsões de aniquilamento do capital pelas crises por ele criadas? (Marx e Engels 1997).

Folders, out-doors e anúncios midiáticos tocam os sentidos de todos aqueles que buscam munir-se de uma titularidade para se apresentarem ao mercado de trabalho. O brilho dos diplomas fascina. A facilidade para obtê-los é imensa. As empresas os exigem, mas o

fazem sob a condição de que os seus detentores sejam marcados com o selo da qualidade, da competência e das habilidades inerentes ao cargo oferecido.

O “feiticeiro” do campo educacional é competente. Veja um pouco das suas estratégias:

- não cobra matrículas de alunos de outras organizações educacionais que solicitam transferências;
- flexibiliza normas e consequências do registro de faltas no diário escolar;
- mantém salas de aula superlotadas;
- sextas-feiras destinadas a tarefas complementares a critério do alunado, com registro de presença garantido e lançamento de conteúdo pseudo-ministrado;
- valoriza os entretenimentos;
- promove financiamento e oferece “mimos” aos alunos para a realização de cursos;
- estabelece mensalidades abaixo do preço de mercado, com ônus para os docentes, entre outras tantas estratégias.

Como se nota, o “feiticeiro” é pródigo em lançar mãos de artifícios fetichistas que encantam os “alunos-cliente” e mascaram, por meio de uma prática mercadológica, a práxis educacional tão importante e necessária à realização humana.

No campo do modelo causa e efeito, quando um interessado ganha, o outro perde. O “feiticeiro” ganha sempre. Afinal, a sua lógica é infalível. E quem perde? Será o aluno, ávido por diplomar-se? Ou a sociedade contemporânea, que prenhe de um positivismo a toda a prova, elegeu o diploma como condição de empregabilidade? Poderá ser o Estado, que tem na educação o principal vetor de desenvolvimento? As organizações produtivas e de serviços? A educação?

Inúmeros são os perdedores nesse jogo desonesto, patrocinado por instituições insensatas, desprovidas de respeito à cidadania dos interessados e irresponsáveis no trato da práxis educacional, bem comum tão importante para o desenvolvimento econômico-político-social de um País, que busca se firmar na escala de Estados adiantados no cenário internacional.

Faz-se necessário também arguir de quem é a culpa. É do Estado? É da ideologia neoliberal? É da cultura tradicional? É da história? É de Deus?

O leitor, certamente, já percebeu que, nesta altura, as perguntas assumiram a centralidade deste estudo.

Por que?

É que a ingenuidade do “feiticeiro”, dos perdedores e dos culpados é tamanha, a tal ponto que ainda não perceberam que todos estão tramando a ruína da educação e, conseqüentemente, da sociedade. Não se atentaram para o fato de que a competição, levada a termo por várias organizações educacionais, ao nivelar por baixo o processo de ensino e de aprendizagem, destrói o instrumento primordial do desenvolvimento econômico, social e cultural da sociedade e das organizações produtivas, pois que “[...] é retirada debaixo dos pés da burguesia a própria base (*educação*) sobre que ela produz (...). Ela produz, antes do mais, o seu próprio “coveiro” (grifo nosso) (MARX; ENGELS, 1997, p. 17)”.

Há os arautos da fatalidade. Postam-se em cima do muro e lamentam o presente prejudicado. Eles acreditam que os “coveiros” são desprovidos de discernimento e, portanto, levarão todos à sepultura. Mas há, também, sujeitos políticos, críticos, dialéticos, inconformados com o faz-de-conta que se instaurou na educação pela via da concorrência, por meio do receituário neoliberal transferido do mundo produtivo para o campo educacional. Eles sabem que a inconformidade não basta. Ela deve ser apenas o momento da tomada de consciência da ordem estabelecida. A partir daí, iluminam-se com a utopia da sua desregulamentação para buscarem alternativas alinhadas à emancipação, autonomia e atualização do ser humano.

Como ainda se está no campo do questionamento, pergunta-se: é possível as instituições educacionais privadas, confessionais e comunitárias, comprometidas com educação de qualidade, sobreviver ao lado de organizações que lhes fazem concorrência, que pautam na lógica do lucro a oferta da educação? Quais estratégias as instituições educacionais, que têm compromisso com a educação de qualidade socialmente referenciada, devem adotar para se manterem fiéis a sua missão, sem sucumbirem ao peso da concorrência desleal?

A proposta deste artigo não é propor solução. Apenas alimentar a indignação dos sujeitos e entidades comprometidos com o bem comum alicerçado na justiça social. A partir desse estágio, espera-se a tomada de consciência de que é possível mudar a história. Não custa recordar que, há mais de trinta anos, os Movimentos Sociais de Professores, por meio das Associações de Estudos e Pesquisa em Educação, têm no poder instituído o opositor contra o qual lutam em favor da educação de qualidade, socialmente referenciada, para todos os brasileiros e em todas as modalidades.

Até quando?

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor Wiesengrund. *Educação e emancipação*. 3. ed. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

MARX, Karl; ENGELS, Frederick. *Manifesto do Partido Comunista*. Lisboa: Avante, 1997.